



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 3286/2018

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/21436/TSP e parecer técnico nº 11922/2017, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME:	ANTONIO HILARIO DE SOUZA EIRELI		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR 280 - KM 37, 0, CORVETA,		
CEP:	89245-000	MUNICÍPIO:	ARAQUARI ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	00.064.368/0001-13		

**Para Atividade de**

ATIVIDADE:	53.10.00 - SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS E/OU REJEITOS CLASSE I, INDUSTRIAIS E CONGÊNERES DERIVADOS DO COMÉRCIO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.
EMPREENHIMENTO:	ANTONIO HILARIO DE SOUZA E CIA LTDA

**Localizada em**

ENDEREÇO:	RODOVIA BR 280 - KM 37, S/N, CORVETA		
CEP:	89245-000	MUNICÍPIO:	ARAQUARI ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 718317.599688 - UTM Y 7183175.99688		

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
- II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 464051

CÓDIGO: 218381



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

### Descrição do empreendimento

(1.1) Autoriza o Transporte Rodoviário de produtos Perigosos, para a empresa ANTONIO HILARIO DE SOUZA E CIA LTDA, da sua frota de veículos própria e contratada na condição a granel e/ou fracionada, de Classe de Risco I e Classe de Risco II, segundo a ABNT 10004;

Listagem dos resíduos conforme o IBAMA:

01 - Resíduos da prospecção e exploração de minas e pedreiras, bem como de tratamentos físicos e químicos das matérias extraídas; 02 - Resíduos da agricultura, horticultura, aquicultura, silvicultura, caça e pesca, e da preparação e processamento de produtos alimentares; 03 - Resíduos do processamento de madeira e da fabricação de painéis, mobiliário, papel e celulose; 04 - Resíduos da indústria do couro e produtos de couro e da indústria têxtil; 05 - Resíduos da refinação de petróleo, da purificação de gás natural e do tratamento pirolítico do carvão; 06 - Resíduos de processos químicos inorgânicos; 07 - Resíduos de processos químicos orgânicos; 08 - Resíduos da fabricação, formulação, distribuição e utilização de revestimentos (tintas, vernizes e esmaltes vítreos), colas, vedantes e tintas de impressão; 09 Resíduos da indústria fotográfica; 10 Resíduos de processos térmicos; 11 Resíduos de tratamentos químicos e revestimentos de metais e outros materiais; resíduos da hidrometalurgia de metais não ferrosos; 12 Resíduos da moldagem e do tratamento físico e mecânico de superfície de metais e plásticos; 13 Óleos usados e resíduos de combustíveis líquidos (exceto óleos alimentares e capítulos 05, 12 e 19); 14 Resíduos de solventes, fluidos de refrigeração e gases propulsores orgânicos (exceto 07 e 08); 15 Resíduos de embalagens; absorventes, panos de limpeza, materiais filtrantes e vestuário de proteção não anteriormente especificados; 16 Resíduos não especificados em outros capítulos desta Lista; 17 Resíduos de construção e demolição (incluindo solos escavados de locais contaminados); 18 Resíduos dos serviços de saúde; 19 Resíduos de instalações de gestão de resíduos, de estações de tratamento de águas residuais e da preparação de água para consumo humano e água para consumo industrial; 20 Resíduos sólidos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações provenientes da coleta seletiva;

(1.2) Veículos contemplados: 19 (dezenove), de placas: MGR-3851, MEC-5127, MHF-1974, MKG-2182, MLT-2644, MLT-2724, MLA-9484, MLU-1416, MLX-3805, MLX-3855, MJJ-5647, MKX-2416, AJI-4298, MHY-6498, MIA-5504, MIA-5604, MIO-9687, NJP-6342 e NJP-6232.

### Aspectos florestais

(2.1) Não aplicável.

### Controles ambientais

(3.1) Treinamento dos condutores;

(3.2) Utilização de equipamentos de produção individual e coletiva (EPI e EPC);

(3.3) Manutenção preventiva de veículos;

(3.4) Check-list de veículos antes de cada viagem;

(3.5) Conhecimento dos produtos e de utilização de EPIs e EPCs;

(3.6) Tomada de decisões em situações acidentais e incidentais por parte dos condutores;

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

- (3.7) Certificação de verificação de veículo tanque rodoviário;
- (3.8) Certificação de Inspeção para Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);
- (3.9) Certificado de Inspeção Veicular (CIV);
- (3.10) Plano de Ação Emergencial (PAE) que faz parte do processo de licenciamento ambiental no Estado de Santa Catarina.

### Programas ambientais

- (4.1) Plano de Ação Emergencial - PAE.

### Medidas compensatórias

- (5.1) **Compensação pelo uso de APP:** não aplicável;
- (5.2) **Compensação por corte de Mata Atlântica:** não aplicável;
- (5.3) **Compensação do SNUC:** não aplicável.

### Condições específicas

- (6.1) Os veículos de transporte, próprios ou terceirizados, deverão ser mantidos em bom estado de conservação, com todos os seus itens de segurança em perfeito funcionamento;
- (6.2) Os veículos deverão possuir aparatos de proteção individual e coletiva, kits de emergência completos, prontos para utilização e de acordo com cada produto transportado, e sua utilização ser de pleno conhecimento por parte dos condutores em situações adversas;
- (6.3) Os motoristas devem possuir autorização especial para condução desses veículos (SEST/SENAT ou similar), tendo pleno conhecimento do conteúdo e condições de desencadear os procedimentos contidos no Plano de Ação Emergencial (PAE), em caso de emergências e/ou situações adversas;
- (6.4) A atividade deverá estar de acordo com o Decreto Federal nº 96.044/88 ou a outro dispositivo legal que venha a substituí-lo ou complementá-lo;
- (6.5) Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente à FATMA, através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0\*\*48) 3665 - 4190, e demais instituições afins como Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária, Defesa Civil e etc, quando aplicável;
- (6.6) Os veículos terceirizados, se aplicável, deverão ser igualmente licenciados, exceto se agregados à frota, comprovado através de contrato de locação, que deverá ser mantido vigente por todo o prazo de validade da licença, sob pena de perda de validade do diploma legal, se aplicável;
- (6.7) Cópia desta Licença Ambiental de Operação (LAO) deverá estar disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida a autoridade competente quando solicitada, bem como, deverá ser afixada em local visível no escritório;
- (6.8) A ampliação/inclusão ou substituição de veículos da frota deve ser objeto de licenciamento ambiental;
- (6.9) A exclusão de veículos da frota deve ser comunicada à FATMA para que seja emitida a

### Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

Declaração de Atualização da Frota - Exclusão;

(6.10) A disposição dos rótulos de risco e painéis de segurança deve atender o disposto na NBR 7500 ABNT;

(6.11) Os veículos devem ter seus Certificados de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e Certificado de Inspeção Veicular (CIV) renovados de acordo com a legislação pertinente;

(6.12) O condutor do veículo licenciado deve portar os seguintes documentos e equipamentos:

- Carteira Nacional de Habilitação e do respectivo comprovante de treinamento específico (MOPP);
- Cópia da Licença Ambiental de Operação para o transporte de produtos perigosos;
- Cópia do certificado de capacitação do veículo;
- Envelope para transporte;
- Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s) identificando o fornecedor e recebedor;
- Ficha de emergência do(s) produto(s) transportado(s);
- Kit de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para cada ocupante do veículo;
- Kit de emergência para o transporte de produtos perigosos.

(6.13) A FATMA mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes, medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença/autorização caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes, exigências ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- a superveniência de graves riscos ambientais e/ou saúde pública;
- operação inadequada dos sistemas de controles ambientais.

(6.14) Os veículos de transporte deverão ter a cópia do Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo geradores dos resíduos, de acordo com a Portaria FATMA 242/2014, publicada no D.O.E em 18/12/2014, e Lei Estadual 15.251/2010.

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 816/2018

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº RSI/10566/C, e **parecer técnico nº 991/2018**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

### Empreendedor

NOME:	CATARINENSE ENGENHARIA AMBIENTAL S/A		
ENDEREÇO:	RUA DOS BOROROS, 875, DISTRITO INDUSTRIAL,		
CEP:	89239-290	MUNICÍPIO:	JOINVILLE ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	03.720.956/0001-56		

### Para Atividade de

ATIVIDADE: 71.60.03 - DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS INDUSTRIAIS CLASSE I, EM ATERROS  
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 71.60.04; 71.60.10

EMPREENDIMENTO: CATARINENSE ENGENHARIA AMBIENTAL

### Localizada em

ENDEREÇO:	RUA DOS BORORÓS, 875, DISTRITO INDUSTRIAL		
CEP:	89239-290	MUNICÍPIO:	JOINVILLE ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 710509.7939576851 - UTM Y 7095416.187690019		

### Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás e certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

### Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental devem ser precedidas de anuência da FATMA.
- II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

### Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 445041

CÓDIGO: 215892



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

### 1. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO nº 5.962/2013) referente a uma unidade de armazenamento temporário, tratamento e disposição final de resíduos Classe I e II, e resíduos sólidos urbanos localizada na Rua dos Bororós, nº. 875 - Distrito Industrial, no município de Joinville/SC, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude 26°14'42.00" (W); Longitude: 45°33'10.00" (S). Este empreendimento ocupa uma área total de 52 hectares e trabalha com a capacidade aproximada de 1.000 ton/dia, sendo composto pelas seguintes áreas e instalações:

- 1.1. Portaria;
- 1.2. Área de administração;
- 1.3. Subestação de energia elétrica;
- 1.4. Balança (área de inspeção e laboratório para controle de cargas);
- 1.5. Unidade de Manipulação e Estocagem com área de 1.113,32 m<sup>2</sup>, onde no andar superior, está localizada a área de engenharia e refeitório. O piso inferior é composto pela área de armazenamento de resíduos Classe I e II para tratamento e destinação local e/ou encapsulamento, descontaminação de lâmpadas, área de manutenção de peças e pintura, almoxarifado de manutenção, arquivo morto, vestiários, sala da brigada de emergência;
- 1.6. Unidade de Blendagem com área de 1.070,00 m<sup>2</sup> para o tratamento de resíduos pulverulentos, estabilização e solidificação de resíduos. Neste galpão também é realizada a lavagem de caminhão tanque, para retirada do material remanescente;
- 1.7. Unidade de Armazenamento Temporário com área de 500 m<sup>2</sup>, para armazenamento de inflamáveis e resíduos que serão encaminhados para incineração ou coprocessamento em outras empresas;
- 1.8. Estação de tratamento de efluentes;
- 1.9. Quiosque;
- 1.10. Áreas de depósito: o depósito de resíduos classe I é feito nas células de numeração 1 a 14, devidamente impermeabilizadas, com área de 34.883,25 m<sup>2</sup> e volume habilitado de 200 mil m<sup>3</sup>. O depósito de resíduos classe II é feito nas células de numeração 1 a 8, devidamente impermeabilizadas, com área de 111.119,32 m<sup>2</sup> e volume habilitado de 450 mil m<sup>3</sup> (estimativa para os próximos 4 anos).

### 2. ASPECTOS FLORESTAIS

#### 2.1. Reserva Legal

Não aplicável, por se tratar de área urbana.

#### 2.2. Uso de APP

Não se aplica.

#### 2.3. Área verde

Não se aplica.

### 3. CONTROLES AMBIENTAIS

#### 3.1. Isolamento da área;

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

- 3.2. Controle dos resíduos recebidos (inspeção visual, pesagem, controle de temperatura e radioatividade);
- 3.3. Controle e gerenciamento das águas: drenagem pluvial (afastamento das águas de chuva); análise da qualidade do lençol freático, águas superficiais (corpo hídrico), bacias de controle, e subsuperficiais; drenagem e tratamento de líquidos percolados;
- 3.4. Aterro Classe I (impermeabilização de fundo): camada de 1,5 m de argila compactada (10-7 cm/s), manta de PEAD de 2,0 mm, camada drenante de areia com 0,30 m, geomembrana de PEAD (2,5 mm), geotêxtil de proteção 700 g/m<sup>2</sup>, tubo de drenagem de PEAD, camada drenante com material granular de 4" a 6". A impermeabilização dos taludes das células destinadas a receber resíduos é realizada com manta bentonítica, geomembrana de 2,0 mm, geomembrana de 2,5 mm, geotêxtil 500 g/m<sup>2</sup>.
- 3.5. Aterro Classe II (impermeabilização de fundo): camada de 1,0 m de argila compactada (10-7 cm/s), geomembrana de PEAD (2,0 mm), geotêxtil de proteção 700 g/m<sup>2</sup>, tubo de drenagem PEAD, camada drenante de (40 cm), geotêxtil tecido. A impermeabilização dos taludes das células destinadas a receber resíduos é realizada com manta bentonítica, geomembrana de 2,0 mm, geotêxtil 500 g/m<sup>2</sup>.
- 3.6. Utilização de vala em área já impermeabilizada (área de pré-tratamento) no aterro classe I e no aterro classe II para tratamento e solidificação de resíduos com excesso de líquidos livres (teor de umidade acima de 75%) ou estabilização química de resíduos. Para destinação de resíduos com excesso de líquidos livres também é utilizado o geotecido para deságue de lodos;
- 3.7. Sistema de captação e queima de gases (no aterro classe II);
- 3.8. Utilização de manta de sacrifício para cobertura do aterro visando minimizar a geração de percolado;
- 3.9. Unidade de Blendagem com as seguintes instalações: 03 baias para recebimento de lodo; 01 baia para resíduos secos e insumos (maravalha, areia e argila); 02 baias com sistemas de exaustão para recebimento de resíduos pulverulentos acoplado a filtros manga; 03 tanques para recebimento de resíduos líquidos a serem tratados e/ou solidificados com bacias de contenção e sistemas de gradeamento; 02 silos para armazenagem de insumos (cimento e cal). O galpão possui canaletas para contenção e sistema de bombeamento de águas servidas para a ETE. Neste galpão também é realizada a limpeza de caminhões tanque (hidrovacuo), que possuem restos de resíduos que foram descarregados no aterro. Todo o resíduo gerado nesta limpeza é destinado para aterro e ETE (sólidos e líquidos, respectivamente);
- 3.10. Sistema de tratamento de líquidos percolados com capacidade de 20 m<sup>3</sup>/h, composto por:
- 04 tanques para armazenamento e recebimento de líquidos, com capacidade de 500 m<sup>3</sup> cada, dotado de sistema de bombeamento. O local para recebimento de líquidos possui sistema de gradeamento;
  - Sistema físico-químico composto por 03 decantadores, 03 tanques de dosagem de cal, 03 tanques para dosagem de polímero;
  - Sistema de *air stripping* de amônia com capacidade de 40 m<sup>3</sup>/h;
  - Lagoa de estabilização com capacidade de 1.600 m<sup>3</sup>;
  - Tanque de correção de pH (8 m<sup>3</sup>);
  - Sistema biológico, composto por 02 tanques de 450 m<sup>3</sup> cada;

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

- Decantador secundário, com 68 m³.
- Sistema de nanofiltração e colunas de adsorção com carvão ativado;
- Filtro prensa para deságue do lodo gerado nos sistemas físico-químico e biológico. Eventualmente é utilizado geotêxtil para deságue de lodo;
- A preparação da cal é realizada em um sistema composto por uma moega, com rosca transportadora e tanque com capacidade de 22 m³;
- Anexo à ETE há um laboratório para controle operacional do processo de tratamento de efluentes. No piso inferior há um local para armazenamento dos insumos utilizados no tratamento, bem como uma oficina mecânica para manutenções na ETE.

**3.11.** Controle da proliferação de roedores e vetores;

**3.12.** Controle da fumaça preta dos veículos;

**3.13.** Sinalização de segurança e controle do trânsito de veículos;

**3.14.** Manutenção das vias de acesso ao aterro e instalações de apoio;

**3.15.** Sistema de prevenção e combate a incêndios de acordo com as normas técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

## 4. PROGRAMAS AMBIENTAIS

**4.1.** Programa de Gerenciamento de Resíduos internos da Catarinense;

**4.2.** Programa de Monitoramento da Qualidade de águas (subterrâneas, superficiais e subsuperficiais);

**4.3.** Programa de Controle e Monitoramento da ETE;

**4.4.** Plano de Emergência.

## 5. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

**5.1. Compensação pelo uso de APP**

Não aplicável.

**5.2. Compensação pelo corte da Mata Atlântica**

Não aplicável.

**5.3. Compensação do SNUC**

Não aplicável.

## 6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

### 6.1. Condições específicas da LAO

**6.1.1.** O controle do recebimento dos resíduos do aterro é de responsabilidade do empreendedor (utilização de balança para pesagem e controle da entrada de resíduos), devendo ser observados os critérios de recebimento e compatibilidade para o qual foi projetado;

**6.1.2.** Toda e qualquer movimentação de resíduos no aterro deve ser feita utilizando-se o Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos da FATMA;

**6.1.3.** Enviar semestralmente a Declaração de Movimentação de Resíduos - DRM (inventário), através do Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos da FATMA, a qual deverá

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

- conter todas as informações referentes à movimentação de resíduos e rejeitos, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 324/2015;
- 6.1.4.** O recebimento de resíduos e efluentes oriundos de outros estados para tratamento ou disposição final deve ser precedido de autorização ambiental, conforme IN-61 da FATMA e Res. CONSEMA nº 98/2007 (art. 1º e código de verificação 71.60.09 ou 71.60.11);
- 6.1.5.** No caso do recebimento de resíduos gerados no estado de Santa Catarina por empresas com unidades em outros estados da federação, não se aplica a condicionante 9.1.4;
- 6.1.6.** Fica incorporada a esta LAO, em consonância ao §4º do art. 1º da Res. CONSEMA nº 98/2007, o recebimento de resíduos de pastilhas de polimento da indústria cerâmica como substituto da pedra, sendo que o gerador do resíduo deve emitir o MTR para cada carga destinada;
- 6.1.7.** A empresa fica autorizada a realizar a blendagem de resíduos para posterior envio para coprocessamento, devendo atender às exigências técnicas e legais pertinentes;
- 6.1.8.** As atividades de descarga/abastecimento/armazenamento de resíduos, máquinas ou quaisquer materiais inflamáveis e perigosos devem ser realizadas em locais com pisos impermeáveis e resistentes, de forma a evitar a contaminação do solo e aquífero freático na área de influência da unidade;
- 6.1.9.** O percolato do aterro deve ser coletado e tratado de forma adequada na Estação de Tratamento de Efluentes - ETE, de forma a atender os parâmetros de lançamento permitidos pela legislação nacional;
- 6.1.10.** Promover a manutenção periódica dos sistemas de tratamento de efluentes, de forma a garantir a eficiência do tratamento;
- 6.1.11.** Manter junto ao sistema de tratamento de efluentes, à disposição da fiscalização da FATMA, os registros de operação do mesmo, incluindo análises e medições realizadas;
- 6.1.12.** A empresa NÃO está autorizada a lançar quaisquer efluentes não tratados diretamente nos cursos d'água ou em Áreas de Preservação Permanente - APP;
- 6.1.13.** Apresentar, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano anterior, assinada pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente acompanhado da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Res. CONAMA nº. 423/2009;
- 6.1.14.** O recebimento de efluentes de terceiros para tratamento na ETE fica autorizado, desde que respeitados os limites de capacidade de tratamento da unidade. Observar a condicionante 9.1.4, caso o efluente seja proveniente de outros estados;
- 6.1.15.** A manutenção e operação das unidades de recebimento de resíduos, quanto à sua cobertura, devem obedecer às orientações referentes aos mesmos;
- 6.1.16.** A cobertura vegetal dos taludes das células concluídas deve ser mantida, de forma a proteger contra erosões e ruptura nos taludes;
- 6.1.17.** As instalações de apoio (cercas, portarias, vestiários, sanitários, etc.) devem ser operadas e mantidas adequadamente, assim como as vias de acesso internas e externas;
- 6.1.18.** As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser encaminhadas para o sistema de drenagem, o qual deve permanecer completamente isolado de outros sistemas, sendo este sistema dotado de dispositivos adequados de bloqueio para contaminantes e/ou poluentes;

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação nativa da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo a criação dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

- 6.1.19.** O sistema de drenagem pluvial deve ser inspecionado periodicamente e obrigatoriamente após chuvas intensas, visando mantê-lo em condições adequadas de funcionamento;
- 6.1.20.** Realizar acompanhamento topográfico da estabilidade do corpo do aterro, de forma a controlar os deslocamentos verticais e horizontais e tomar as devidas ações necessárias;
- 6.1.21.** Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em áreas impróprias;
- 6.1.22.** Os níveis pressão sonora (ruído) decorrentes da atividade desenvolvida devem atender os níveis estabelecidos na NBR 10.151/2000 e Resolução CONAMA nº. 01/1990;
- 6.1.23.** Manter responsável técnico legalmente habilitado pela operação e acompanhamento dos controles ambientais da atividade objeto desta LAO, durante todo período de sua vigência. A alteração do responsável técnico pelos controles ambientais do empreendimento deverá ser comunicada à FATMA;
- 6.1.24.** Os testes de densidade dos resíduos (peso específico) devem ser realizados anualmente, com a finalidade de verificar a eficiência do procedimento de compactação. O laudo deve ser encaminhado à FATMA até o vigésimo dia do mês de janeiro de cada ano;
- 6.1.25.** Monitorar diariamente o entorno do aterro e sua superfície, assim como o sistema de controle de migração/queima de gases, de modo a prevenir riscos de explosão;
- 6.1.26.** Os procedimentos de inspeção e manutenção aos sistemas de drenagens de superfície, de lixiviados, de gases, de detecção de vazamentos e de monitoramento, iluminação, sinalização, acessos, processos erosivos, presença de vetores, e demais elementos e instalações implantadas devem ser totalmente observados;
- 6.1.27.** O monitoramento ambiental de águas subterrâneas deve abranger toda a área de influência direta do empreendimento, de forma a avaliar sistematicamente a possibilidade de ocorrência de dano ambiental. Em caso de ampliação das células do aterro, deverá ser avaliada a necessidade de instalação de novos poços de monitoramento;
- 6.1.28.** O monitoramento ambiental de **águas subterrâneas** deve ser realizado semestralmente, compreendendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: Alumínio, Antimônio, Arsênio, Bário, Boro, Cádmio, Chumbo, Cobalto, Cobre, Cromo total, Ferro, Manganês, Mercúrio, Molibdênio, Níquel, Nitrato, Prata, Selênio, Zinco, Vanádio, 1,2,3,4 Tetraclorobenzeno, 1,2,3,5 Tetraclorobenzeno, 1,2,4,5 Tetraclorobenzeno, Cresóis, HCH Beta, HCH gama (lindano), PCBs total, pH, turbidez, condutividade elétrica, devendo atender os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº. 420/2009. Obs. Para o pedido de renovação da LAO, deverá ser apresentada a análise da lista completa do CONAMA;
- 6.1.29.** O monitoramento ambiental para **águas superficiais** deve ser realizado bimestralmente (montante e jusante), observando, no mínimo, os seguintes parâmetros: Alumínio, Cádmio, Chumbo, Cobre, Coliformes Fecais, Condutividade, Cromo Total, DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), DQO (Demanda Química de Oxigênio), Ferro, Fosfato Total, Fosfato orto, Índice de fenóis, Manganês, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio amoniacal, Nitrogênio orgânico, Oxigênio Dissolvido, pH, Sólidos Totais, Surfactantes, Turbidez, Zinco, devendo atender os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº. 357/2005, observando a classificação do referido curso d'água;
- 6.1.30.** O monitoramento operacional da **ETE** deve ser realizado mensalmente (pré-tratamento e pós-tratamento), observando, no mínimo, os seguintes parâmetros: Arsênio total; Bário total; Boro total; Cádmio total; Chumbo total; Cianeto total; Cianeto livre (destilável por ácidos fracos); Cobre

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

dissolvido; Cromo hexavalente; Cromo trivalente; Estanho total; Ferro dissolvido; Fluoreto total; Manganês dissolvido; Mercúrio total; Níquel total; Nitrogênio amoniacal total; Prata total; Selênio total; Sulfeto; Zinco total; Clorofórmio; Fenóis totais (substâncias que reagem com o 4-aminoantipirina); pH; DBO5; DQO; Temperatura, devendo atender os limites estabelecidos na Lei Estadual nº. 14.675/2009, Res. CONAMA nº. 430/2011 e Portaria nº. 17/2002 da FATMA (testes de toxicidade);

**6.1.31.** Encaminhar à FATMA até o vigésimo dia do mês de janeiro (1º laudo semestral) e até o vigésimo dia do mês de julho de cada ano (2º laudo semestral) os resultados do monitoramento ambiental das águas subterrâneas e superficiais. As análises do monitoramento e operação da ETE devem ser apresentadas mensalmente à FATMA;

**6.1.32.** As coletas de amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados, os quais devem adotar procedimentos de coleta, manuseio, preservação, acondicionamento e transporte de amostras de acordo com normas nacionais e internacionais, respeitando-se os prazos de validade;

**6.1.33.** As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pela FATMA, para parâmetros de interesse;

**6.1.34.** Os resultados das análises devem ser reportados em laudos analíticos, originais ou cópia autenticada, contendo, no mínimo: (a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra; (b) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia; (c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; (d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado; (e) Incertezas de medição de cada parâmetro; (f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates"); (g) Ensaios de adição e recuperação dos analitos na matriz ("spike"); (h) Legislação aplicável e limite permitido; (i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico;

**6.1.35.** Os resultados das análises devem vir acompanhados de parecer conclusivo e dados dos monitoramentos já realizados para fins de comparação, em forma de gráficos ou tabelas, e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do profissional responsável pela elaboração do parecer conclusivo;

**6.1.36.** Seguir as diretrizes dos Programas Ambientais, mantendo-os sempre atualizados. A ocorrência de situações adversas ou alterações ambientais devem ser relatadas ao órgão ambiental, assim como as medidas corretivas adotadas;

**6.1.37.** A empresa deve promover o treinamento de seus funcionários, de forma a uniformizar os procedimentos contidos nos Planos e Programas Ambientais, principalmente quanto a medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis imediatas para controle de situações de emergência e riscos ambientais;

**6.1.38.** Utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados ao risco e à atividade exercida, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. A sinalização de segurança deve estar presente em toda a unidade;

**6.1.39.** Em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro acidente ambiental, o responsável pela empresa deverá notificar imediatamente a FATMA e tomar as medidas emergenciais cabíveis;

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

**6.1.40.** Manter e preservar as áreas de preservação permanente - APP nos limites da empresa, em atendimento à Lei nº. 12.651/2012, art. 4º, inciso I, e outras áreas protegidas por lei existentes no empreendimento;

**6.1.41.** Qualquer alteração da concepção das áreas do empreendimento deverá ser objeto de anuência desta Fundação;

**6.1.42.** O empreendedor deverá solicitar a LAO para a operação da(s) célula(s) de disposição de resíduos que ainda não foram totalmente implantadas após a finalização das obras e implantação dos controles ambientais previstos no projeto aprovado pela LAI nº 2.674/2014;

**6.1.43.** A concessão desta Licença Ambiental de Operação não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico ou modificações nas condições ambientais;

**6.1.44.** É de responsabilidade do requerente qualquer dano ambiental que ocorra em razão da operação do empreendimento;

**6.1.45.** O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes às sanções penais previstas na Lei Federal nº. 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto nº. 6.514/2008;

**6.1.46.** Esta LAO poderá ser, a qualquer tempo, revogada pelo descumprimento das condicionantes.

### 6.2. Condicionantes para a renovação da LAO

**6.2.1.** De acordo com o artigo 18, Inciso III, Parágrafo 4º da Resolução CONAMA nº. 237/97, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental;

**6.2.2.** Cumprimento das condicionantes desta Licença Ambiental de Operação;

**6.2.3.** Apresentação de Relatório Técnico comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Licença Ambiental de Operação, informando se houve ou não ampliação ou modificação do empreendimento, acompanhado de relatório fotográfico e demais documentos e laudos requeridos para a renovação da Licença Ambiental de Operação, conforme IN-65.

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.





**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA**  
Sistema de Informações Ambientais - SinFAT  
**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**  
**Nº 9522/2017**



A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº RSI/10768/CRF e **parecer técnico nº 11811/2017**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

**Empreendedor**

NOME: CELUS AMBIENTAL LTDA

ENDEREÇO: RUA MAIZA MATARAZZO, 49, PONTE DO IMARUIM,

CEP: 88130-655 MUNICÍPIO: PALHOÇA

ESTADO: SC

CPF/CNPJ: 11.581.612/0002-12

**Para Atividade de**

ATIVIDADE: 71.60.01 - ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS CLASSE I  
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Triagem de embalagens

EMPREENHIMENTO: CELUS AMBIENTAL LTDA

**Localizada em**

ENDEREÇO: RUA MAIZA MATARAZZO, 49 GALPAO 1, PONTE DO IMARUIM

CEP: 88130-655 MUNICÍPIO: PALHOÇA

ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 731078.54 - UTM Y 6941549.85

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
- II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 460358

CÓDIGO: 214082



-

## Condições de validade

### Descrição do empreendimento

O empreendimento objeto de licenciamento é uma Central de Armazenamento Temporário de Resíduos (CAT) da empresa Celus Ambiental Ltda., localizada na Rua Maísa Matarazzo, nº 49, galpão 01, Bairro Ponte do Imaruim, município de Palhoça, SC. O galpão possui uma área útil de 317,00 m² dividida em setor operacional e setor administrativo.

Etapas do processo:

- 1) Recebimento de embalagens plásticas de óleos lubrificantes usados (1000 ml até 20.000 ml);
- 2) Separação/Triagem por cores e retirada de restos de produto das embalagens através de pingadeiras;
- 3) Prensagem e enfardamento das embalagens;
- 4) Encaminhamento para as empresas de reciclagem; e por fim
- 5) Beneficiamento e transformação novamente em matéria prima.

- Dias e horários de funcionamento: de segunda à sexta-feira das 08:00 h às 12:00 h e das 13:00 h às 17:48 h.
- Estimativa de mão de obra: 03 (três) funcionários diretos e 01 (um) indireto - administrativo.
- Custo do empreendimento: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
- Produção estimada: 10 ton/mês.

O imóvel está registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis do município de Palhoça, sob matrícula nº 16.175.

Segundo Resolução CONSEMA nº 98/2017, atividade 71.60.01 - Armazenamento temporário de resíduos Classe I.

Potencial Poluidor: G (grande)

Porte: M (médio) - Área: 0,03 ha

**A empresa Celus Ambiental é credenciada no Programa "Jogue Limpo" que foi desenvolvido para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, e realiza a coleta e a reciclagem das embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo, conta com o apoio do SINDICOM e do SIMIPETRO e com a fiscalização da Resolução CONSEMA 002/2010 e a Lei Estadual nº 14.496.**

### Meio físico:

A área é drenada pela microbacia do Rio Maruim, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Sul.

De acordo com o mapa do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, o imóvel tem seu relevo caracterizado por planícies e terraços fluviais e marinhos, e seu solo predominante são sedimentos argilosos. Não há dados de ocorrência de processos erosivos registrados.

### Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

-

## Condições de validade

### Meio biótico:

Trata-se de um imóvel locado, que já provia de alvará de construção, onde não foi constatada a existência de vegetação nativa e/ou exótica.

### Meio socioeconômico:

O uso do solo é misto, ou seja, coexiste a atividade residencial com a comercial/industrial, além de galpões e pátios de armazenamento. Predominantemente a área de entorno é um local de comércio e serviços devido ao seu acesso a BR-101. O galpão encontra-se no zoneamento AMS - Área Mista de Serviço com uso indicado para depósitos em geral.

O empreendimento está localizado em uma área com todos os serviços urbanos disponíveis sendo oferecidos, como fornecimento de água, energia elétrica e coleta de resíduos não perigosos. Apenas a coleta de esgoto sanitário não é contemplada.

A empresa enquadra-se na categoria de prestadora de serviços, aumentando o dinamismo econômico na área de influência direta.

## Aspectos florestais

**Reserva Legal:** O empreendimento encontra-se em área urbana, não foi necessário o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**Uso de APP:** Não aplicável.

**Autorização de Corte de vegetação:** Não aplicável.

**Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção:** Não ocorreu a extração, supressão, corte e/ou manejo de espécies da flora ameaçadas de extinção, não existiu a ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção no local do empreendimento.

**Área verde:** Não aplicável.

## Controles ambientais

- Efluentes: Fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro;
- Drenagem pluvial: interligada à rede coletora pública;
- Geração de resíduos sólidos contaminados: toda limpeza da área operacional do galpão, se houver algum derramamento de óleo, será feita a seco, utilizando material absorvente como pó de serragem e estopa;
- Geração de resíduos sólidos não contaminados: separados para coleta municipal;
- Vazamento de óleo do contentor: uso de *pallet* de contenção de 1.000 litros, sob o contentor de óleo; e
- Incêndio/Geração de fumaça preta: uso de equipamentos de combate inicial a acidentes e

## Observações

- Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## Documentos em anexo

-

## Condições de validade

aplicação do Plano de Ação Emergencial.

### Programas ambientais

- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Plano de Ação Emergencial (PAE); e
- Programa Jogue Limpo.

### Medidas compensatórias

**Compensação pelo uso de APP:** não aplicável.

**Compensação pelo corte de mata atlântica:** não aplicável.

**Compensação do SNUC:** não aplicável.

### Condições específicas

#### 1. Condições específicas da LAO:

- 1.1) Legislação Federal, Estadual e Municipal quanto ao uso e ocupação do solo, devem ser respeitadas;
- 1.2) Deverá ser respeitada a Lei Federal 12.651/2012 - Código Florestal;
- 1.3) Deverão ser implantadas todas as medidas mitigadoras propostas para o controle dos potenciais impactos negativos, com a operação do referido empreendimento;
- 1.4) Os transportadores que executam as atividades de coleta e transporte de resíduos do gerador ao armazenamento temporário, e do armazenamento temporário à destinação final, devem ser devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente e portar o respectivo documento MTR (Manifesto de Transporte de Resíduo) dos resíduos transportados, sendo este gerado única e exclusivamente pelo Sistema MTR, estabelecido pela Portaria FATMA 242/2014;
- 1.5) É vedado o encaminhamento e o recebimento de resíduos nos casos em que o transportador não possua Licença Ambiental de Operação (LAO) ou Autorização Ambiental do órgão competente, a menos que o transportador seja isento;
- 1.6) É vedado o encaminhamento dos resíduos armazenados para destinadores que não estejam devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;
- 1.7) Encaminhar semestralmente à FATMA (nos meses de janeiro e julho) a Declaração de Movimentação de Resíduos e Rejeitos (DMR) gerada através do Sistema MTR, conforme estabelecido pela Portaria FATMA 324/2015 em seu artigo 5º;

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



-

### Condições de validade

- 1.8) Os períodos permitidos para o armazenamento temporário de resíduos estão relacionados à classe de risco destes resíduos, sendo que para os perigosos (classe I) o período máximo permitido é de 120 dias, e para os não perigosos (classe IIA) é de 180 dias. Estes períodos são contados a partir da data de recebimento, conforme preconiza a Lei 15.251 de 2010.
- 1.9) As emissões atmosféricas e níveis de pressão sonora, ruídos e vibrações, na área do empreendimento, provenientes dos maquinários e caminhões, não deve causar transtornos a terceiros, devendo estar dentro dos Valores Máximos Permitidos - VMP, estabelecidos na legislação em vigor (NBR 10.151);
- 1.10) É vedada a realização de outras atividades não contempladas por esta licença;
- 1.11) A ampliação do empreendimento depende do competente licenciamento ambiental. A alteração na titularidade do empreendimento deve ser comunicada à FATMA, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo e na licença ambiental concedida;
- 1.12) Em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro acidente ambiental, o responsável pela empresa deve notificar imediatamente a FATMA e tomar as medidas emergenciais cabíveis;
- 1.13) A concessão desta Licença Ambiental de Operação não impedirá exigências futuras decorrente do avanço tecnológico ou modificações nas condições ambientais;
- 1.14) O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes às sanções penais previstas na Lei Federal nº. 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto nº. 6.514/2008; e
- 1.15) Esta Licença Ambiental de Operação - LAO pode ser, a qualquer tempo, revogada pelo descumprimento das condicionantes.

### 2. Condições para a próxima LAO:

- 2.1) Requerer a renovação da Licença Ambiental de Operação - LAO com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento desta LAO, conforme Art. 47, parágrafo 4º do Decreto 2955/2010; e
- 2.2) Relatório técnico com comprovação das condicionantes, contendo a aplicação dos Programas Ambientais, elaborado por técnico responsável com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

### Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



## LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 11386/2018

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/23330/GRL e parecer técnico nº 13319/2018, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

### Empreendedor

NOME:	CELUS AMBIENTAL LTDA				
ENDEREÇO:	RUA CARLOS EDUARDO NICHELE, 2104, SANTA TEREZINHA				
CEP:	83829-004	MUNICÍPIO:	FAZENDA RIO GRANDE	ESTADO:	PR
CPF/CNPJ:	11.581.612/0001-31				

### Para Atividade de

ATIVIDADE: 47.10.10 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, RESÍDUOS DE SAÚDE, RESÍDUOS OU REJEITOS INDUSTRIAIS, DE COMÉRCIO OU DE SERVIÇOS, CLASSES I, IIA E IIB

EMPREENHIMENTO: CELUS AMBIENTAL LTDA

### Localizada em

ENDEREÇO:	RUA CARLOS EDUARDO NICHELE, 2104, SANTA TEREZINHA				
CEP:	83829-004	MUNICÍPIO:	FAZENDA RIO GRANDE	ESTADO:	PR
null					

### Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

### Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

### Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 507338

CÓDIGO: 226514





## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

### Descrição do empreendimento

(1.1) Autoriza o Transporte Rodoviário de resíduos Classe I, assim classificados pela ABNT NBR 10.004 como resíduos perigosos, para a empresa CELUS AMBIENTAL LTDA, da sua frota de veículos própria na condição de acondicionamento fracionada.

Classe I - Embalagem de óleo lubrificante contaminada.

(1.2) Veículos contemplados: 04 (quatro), de placas: ATQ-3619, ATQ-3029, ATR-3118 e ART-0718.

### Aspectos florestais

(2.1) Não aplicável.

### Controles ambientais

(3.1) Treinamento dos condutores;

(3.2) Utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC);

(3.3) Manutenção preventiva de veículos;

(3.4) Check-list de veículos antes de cada viagem;

(3.5) Conhecimento dos produtos de utilização de EPI's e EPC's;

(3.6) Tomada de decisões em situações acidentais ou incidentais por parte dos condutores.

### Programas ambientais

(4.1) Plano de Ação Emergencial.

### Medidas compensatórias

(5.1) **Compensação por uso de APP:** Não aplicável;

(5.2) **Compensação por corte de Mata Atlântica:** Não aplicável;

(5.3) **Compensação do SNUC:** Não aplicável.

### Condições específicas

(6.1) Autoriza o Transporte Rodoviário de resíduos Classe I, assim classificados pela ABNT NBR 10.004 como resíduos perigosos, para a empresa CELUS AMBIENTAL LTDA, da sua frota de veículos própria na condição de acondicionamento fracionada. Classe I - Embalagem de óleo lubrificante contaminada.

(6.2) Os resíduos coletados pela empresa CELUS AMBIENTAL LTDA serão destinados para reciclagem através da empresa CINFLEX - Indústria e Comércio de Plástico LTDA (LAO nº 7325 - IAP) ou para empresas devidamente licenciadas para tal fim;

(6.3) Veículos contemplados: 04 (quatro), de placas: ATQ-3619, ATQ-3029, ATR-3118 e ART-0718.

(6.4) Os veículos de transporte, próprios ou terceirizados, deverão ser mantidos em bom estado de conservação, com todos os seus itens de segurança em perfeito funcionamento;

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



Nada consta.

Condições de validade

- (6.5) Os veículos deverão possuir aparatos de proteção individual e coletiva, kits de emergência completos, prontos para utilização e de acordo com cada produto transportado, e sua utilização ser de pleno conhecimento por parte dos condutores em situações adversas;
- (6.6) Os motoristas devem possuir autorização especial para condução desses veículos (SEST/SENAT ou similar), tendo pleno conhecimento do conteúdo e condições de desencadear os procedimentos contidos no Plano de Ação Emergencial (PAE), em caso de emergência e/ou situações adversas;
- (6.7) A atividade deverá estar de acordo com o Decreto Federal nº 96.044/88 ou a outro dispositivo legal que venha substituí-lo ou complementá-lo;
- (6.8) Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente ao IMA, através do telefone plantão 0800 644 1523 ou 48 3665-4190, e demais instituições afins como Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária, Defesa Civil, quando aplicável;
- (6.9) Deverá ser anexada cópia desta Licença Ambiental de Operação em cada veículo de transporte, bem como, ser afixada no escritório central da empresa;
- (6.10) A ampliação/inclusão ou substituição de veículos da frota deve ser objeto de licenciamento ambiental;
- (6.11) A exclusão de veículos da frota deve ser comunicada ao IMA para que seja emitida a Declaração de Atualização de Frota - Exclusão;
- (6.12) Os veículos de transporte deverão ter a cópia do Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo geradores dos resíduos, de acordo com a Portaria FATMA 242/2014, publicada no D.O.E em 18/12/2014, e Lei Estadual 15.251/2010.
- (6.13) Encaminhar semestralmente ao IMA a Declaração de Movimentação de Resíduos e Rejeitos (DMR) gerada através do Sistema MTR, conforme estabelecido pela Portaria FATMA 324/2015 em seu artigo 5º;
- (6.14) A limpeza dos veículos e equipamentos de coleta e transporte de resíduos deve ser realizada em local licenciado para tal fim;
- (6.15) Durante as operações de carga, transporte, descarga, transbordo, limpeza e descontaminação os veículos e equipamentos utilizados no transporte de produto perigoso (classe I) deverão portar rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com a ABNT NBR 7500;
- (6.16) O condutor do veículo licenciado deve portar os seguintes documentos e equipamentos:
- Carteira Nacional de Habilitação e do respectivo comprovante de treinamento específico (MOPP);
  - Cópia da Licença Ambiental de Operação para a coleta e transporte de resíduos;
  - Manifesto de Transporte de resíduos - MTR;
  - kit de Equipamento de Proteção Individual - EPI para cada ocupante do veículo;
  - kit de emergência.

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.





PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA  
Instituto Ambiental do Paraná - IAP

Numero de Protocolo
15.452.074-0
Numero do Documento
151577-R1
Validade da Licença
05/12/2022

## RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 15.452.074-0, concede L.O. - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

### IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Nome/Razão Social  
**CIMFLEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA**

Logradouro e Número  
**Rua 2, 61**

Município / UF  
**Maringá/PR**

CEP  
**87 065-112**

### IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Atividade  
**Indústria de produtos de matéria plástica**

Atividade Específica  
**Recuperação de materiais plásticos, Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção**

Atividades da Atividade

### COORDENADAS UTM (E-N)

Coordenadas UTM (E-N)  
**98999 8 - 7405924 2**

Logradouro e Número  
**Rua 2, 61**

Município / UF  
**Maringá/PR**

CEP  
**87 065-112**

### CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

#### 1. MATÉRIA-PRIMA

Descrição	Quant./Dia
Aditivo - estabilizante térmico	10.10 kg
Aditivo - lubrificante	0.85 kg
Aditivo - master batch (corante)	69.30 kg
Aditivo - modificador de impacto	10.45 kg
Aditivo plastificante	76.50 kg
Auxiliar de fluxo	2.40 kg
Corda poliéster	40.90 kg
Embalagens vazias de polietileno	13420.00 kg

#### 2. PRODUTO ELABORADO

Descrição	Quant./Dia
Drenos corrugados em polietileno	217.70 kg
Dutos corrugados em polietileno	3858.20 kg
Eletroduto corrugados em pvc	400.12 kg
Eletrodutos corrugados em polietileno	622.50 kg
Resinas plásticas	14290.00 kg
Tubos em polietileno	1120.44 kg

#### 3. ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Poço Profundo	Humano e Empreendimento	3.00	1115/2016	398941 38 - 7405861.01

#### 4. EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Fossa	Sumidouro	2.00	--	---
Efluentes gerados no processo industrial	ETE-P	Reuso no Processo	10.00	--	---

#### 5. RESÍDUOS SÓLIDOS

Código	Descrição	Quant./Dia	Destino Final
190814	Lodos de outros tratamentos de efluentes industriais não abrangidas em 19 08 13	166.70 kg	Aterro Industrial Terceiros
190205	Lodos de tratamento físico químico contendo substâncias perigosas	459.25 kg	Reutilização/recuperação externa
190203	Misturas de resíduos contendo apenas resíduos não perigosos	1.360.50 kg	Aterro Industrial Terceiros
190204	Misturas de resíduos contendo, pelo menos, um resíduo perigoso	238.35 kg	Aterro Industrial Terceiros

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

#### 6. CONDICIONANTES

1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso V da Resolução Nº 065/2008 - CEMA, 01 de julho de 2008, e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.

2. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

3. -Cumprir rigorosamente todos os Programas e Medidas de Mitigação contidas no PCA;

4. -Executar o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental;

5. -Não deverão ocorrer, em qualquer época, descarte de efluente líquido industrial no meio ambiente, uma vez que, o descarte de efluentes não foi previsto no processo produtivo desenvolvido, apresentado para análise por parte deste Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

6. Outros resíduos líquidos, eventualmente gerados, em outras operações e atividades diversas levadas a efeito, de forma permanente ou sazonalmente no local, deverão ser objeto de procedimentos idênticos aos conferidos aos resíduos sólidos.

7. Quaisquer operações e/ou equipamentos que envolvam a utilização de produtos líquidos poluentes, tais como combustíveis em geral, óleo lubrificante, hidráulico, de corte, produtos químicos em geral e outros eventuais, quaisquer sejam, deverão ser dotados de dispositivos de contenção adequados, instalados nos locais onde a referidas operações forem realizadas e/ou onde os mencionados equipamentos estiverem instalados, para que em casos de vazamentos, estes líquidos permaneçam confinados nos respectivos locais.

8. -Realizar manutenção periódica da impermeabilização de pisos e paredes, evitando a contaminação do solo;

9. Com relação ao dimensionamento do sistema de drenagem e/ou projetos de melhoria fica sugerido o aproveitamento e reuso de águas da chuva de acordo com requisitos estabelecidos pela Norma NBR 15.527, tendo em vista as classes de reuso estabelecidas na Norma NBR 13.969, bem como o projeto de concepção estabelecido pelas Normas: NBR 5626 e NBR 10.844.



5. -A Lei estadual 13.806/02 de 30 de setembro de 2002, e Resolução SEMA 054/06, de 22 de dezembro de 2006, que determina os Padrões de emissão atmosféricos, deverão ser atendidos;

1. É terminantemente proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material.

2. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.

3. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos reguladores.

4. Os critérios adotados para emissão da presente Licença de Operação poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

5. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 57/79 - Artigo 7º, § 2º.

6. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 65, 01 de julho de 2008, ensejarão novos licenciamentos, prévio de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.

7. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA N.º 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como a superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.

8. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

Maringá, 05 de Dezembro de 2018

Súmula dessa licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da resolução CONAMA nº 006/86. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante

  
MARCELO FELIX FRADE  
Escritório Regional de Maringá

Marcelo Felix Frade  
CHEFE REGIONAL IAP - MARINGÁ  
C.R. Nº 1136-70



## LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO LAC Nº 524/2020

O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo do artigo 7º, inciso I; artigo 36, parágrafo 5º constantes na Lei Estadual nº 14.675/2009, e de acordo com a Resolução CONSEMA nº 98/2017, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/23383/CRN e Relatório de Caracterização do Empreendimento – RCE nº 548304/2020, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO à:

### Dados do Empreendedor

**NOME/RAZÃO:** ANTONIO HILARIO DE SOUZA EIRELI  
**ENDEREÇO:** Rodovia BR 280 - km 37, 4425 - Corveta  
**CEP:** 89245000 - ARAQUARI/SC  
**CPF/CNPJ:** 00.064.368/0001-13

### Para a atividade de

Atividade: 47.10.10 – Transporte rodoviário de produtos perigosos, resíduos perigosos ou rejeitos perigosos, exclusivamente no território catarinense

### Dados do Empreendimento

**NOME/RAZÃO:** ANTÔNIO HILÁRIO DE SOUZA EIRELI  
**ENDEREÇO:** BR 280 Km 37, 0 - CORVETA  
**CEP:** 89245000 - ARAQUARI/SC  
**COORDENADAS PLANAS:** UTM X 718268.53644 UTM Y 7073343.12873  
**CPF/CNPJ:** 00.064.368/0001-13

### Da viabilidade

A presente Licença Ambiental por Compromisso, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado e compromisso de atendimento aos critérios e pré condições estabelecidos pelo IMA, declara a viabilidade de implantação e operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

### Condições gerais

O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente o IMA através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0\*\*48) 3665 - 4190; Cópia desta Licença Ambiental deverá estar disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida à autoridade competente quando solicitada.

### Documentos anexos

RCE 548304/2020

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

### Prazo de validade

(48) meses, a contar da

FCEI:548304

CÓDIGO:524/2020

Data: 05/03/2020





## CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Placa	Tipo do veículo	RENAVAM	Ano de Fabricação	Forma de acondicionamento	CIV	CTPP (ou CIPP)
MCO5094	Caminhão	856804100	2005	Granel	1.507.539	A0013262
RDS7I31	Caminhão	1221961451	2019	Granel	Isento	006263
RDS7G31	Caminhão	1221969835	2019	Granel	Isento	006268
RDS5B71	Caminhão	1221912361	2019	Granel	Isento	006266
RDS5A61	Caminhão	1221910652	2019	Granel	Isento	006265

## PRODUTOS PERIGOSOS

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

## RESÍDUOS CLASSE I

Placas: MCO5094; RDS7I31; RDS7G31; RDS5B71; RDS5A61;

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
3082	9	130506 - (*) Óleos provenientes dos separadores óleo/água
3082	9	130507 - (*) Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água
3082	9	161001 - (*) Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas
3082	9	130201 - (*) Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados ou contaminados
3082	9	160708 - (*) Resíduos contendo hidrocarbonetos
3077	9	130501 - (*) Resíduos sólidos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água
3077	9	130502 - (*) Lodo proveniente dos separadores óleo/água
3077	9	130508 - (*) Misturas de resíduos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água
3077	9	190813 - (*) Lodos de outros tratamentos de efluentes industriais contendo substâncias perigosas
3077	9	150202 - (*) Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas
3077	9	030104 - (*) Serragem, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados, contendo substâncias perigosas
3077	9	170503 - (*) Solos e rochas contendo outras substâncias perigosas
3077	9	170505 - (*) Lodos de dragagem contendo substâncias perigosas

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:548304

CÓDIGO:524/2020





## RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

### RESÍDUOS CLASSE IIA OU IIB

Placas: MCO5094; RDS7I31; RDS7G31; RDS5B71; RDS5A61;

Nome conforme Lista do IBAMA	Classe	Estado físico
200304 - Lodos de fossas sépticas	Classe IIB	Sólido
191211 - Borrachas	Classe IIB	Sólido
200201 - Resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana biodegradáveis	Classe IIB	Sólido

### CARACTERIZAÇÃO DAS ROTAS DE TRANSPORTE (ROTOGRAMA)

Origem	Destino
Santa Catarina	ARAQUARI

### CONTATOS EMERGENCIAIS

Nome/Empresa	Telefone	Local
Antônio Hilário de Souza Eireli	(47)3454-0202	
Denilson de Souza	(47)9913-81262	
Nelson Luis Rosa	(47)9996-17707	
Antônio Hilário de Souza Eireli	(47)3454-0202	Araquari / SC
Suatrans Emergência S.A.	(11)3010-3700	São Paulo / SP
Nelson Luis Rosa	(47)9996-17707	Joinville / SC

### PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PAE

Nome: Nelson Luis Rosa

Habilitação (formação técnica): Química Industrial

Número de Registro no Conselho de Classe 13.200289

Número da ART/AFT: 5382/2019

Telefone: (47)9996-17707

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:548304

CÓDIGO:524/2020





# PROFISSIONAL HABILITADO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

**Nome:** Nelson Luis Rosa

**Habilitação (formação técnica):** Química Industrial

**Número de Registro no Conselho de Classe** 13.200289

**Número da ART/AFT:** 5635/2019

**Telefone:** (47)9996-17707

## TERMOS E CONDIÇÕES

- (x) Declaro que manterei atualizados os documentos de capacitação dos veículos.
- (x) Declaro possuir Plano de Ação Emergencial atualizado, implementado e capaz de responder de forma rápida e eficaz ocorrências emergenciais, elaborado em conformidade com o Anexo 5 da Instrução Normativa IMA 77 ou conforme NBR ABNT 15.480:2018.
- (x) Declaro que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos:
- Todos os veículos possuem kits de emergência e equipamentos de proteção individual e coletiva, estando os motoristas, operadores e ajudantes devidamente treinados para sua adequada utilização;
  - Os kits de emergência e os equipamentos de proteção individual e coletiva são revisados periodicamente;
  - Os colaboradores possuem conhecimento do Plano de Ação Emergencial e estão devidamente treinados para ativá-lo, se necessário;
  - Os efluentes de limpeza dos veículos serão adequadamente destinados;
- Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente ao IMA, através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0\*\*48) 3665-4190, e demais instituições afins como Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária ou Defesa Civil;
- Em caso de acidentes, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias deverá ser apresentado ao IMA um relatório detalhado, com fotos da ocorrência e descrição dos danos ambientais causados, além das medidas de controle e de remediação adotados;
  - Cópia desta Licença Ambiental estará disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida a autoridade competente quando solicitada, bem como, deverá ser afixada em local visível no escritório;
  - Durante a operação do empreendimento, comunicarei ao órgão ambiental competente quando da identificação de situações anormais ou desconformidades que possam causar danos ambientais;
  - Em caso de continuidade desta atividade e, antes de findar o prazo de validade da LAC, farei requerimento da sua renovação;
  - A prestação de informações falsas ou o não cumprimento do compromisso assumido implicará na aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais.
- (x) Declaro ainda que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos:
- Observarei às normas de incompatibilidade química no transporte terrestre de produtos perigosos de que trata a ABNT NBR 14.619.
  - Os veículos e embalagens de produtos e resíduos perigosos, fracionados ou não, exibirão as simbologias exigidas na legislação e normas brasileiras, assim como deve haver a fixação de rótulo de risco e painel de segurança na carroceria do veículo, de acordo com a NBR 7500, conforme Decreto Federal nº 96.044/1988, Portaria nº 204/2011 e Resolução ANTT nº 5232/2016.
  - Os resíduos ou rejeitos perigosos não serão transportados juntamente com alimentos, medicamentos ou objetos destinados ao uso para consumo humano ou animal, ou com embalagens destinadas a estes fins.
  - Os resíduos ou rejeitos perigosos, durante o transporte, estarão protegidos de intempéries, assim como devem estar devidamente acondicionados para evitar seu espalhamento.
  - O condutor do veículo licenciado portará os seguintes documentos e equipamentos: a. Carteira Nacional de Habilitação com a devida categoria para transporte de carga; b. Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP); c. Cópia da Licença Ambiental de Operação para transporte de produtos perigosos; d. Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo Sistema MTR do IMA, identificando o gerador do resíduo ou rejeito transportado e o destinador que o receberá; e. Cópia do certificado de capacitação do veículo, se couber; f. Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s) identificando o fornecedor e o recebedor, se couber; g. Kit de Equipamento de Proteção Individual – EPI para cada ocupante do veículo; h. Kit de emergência para transporte de produtos perigosos.
  - As transportadoras licenciadas para operação de transporte de resíduos ou rejeitos enviarão ao IMA,

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:548304

CÓDIGO:524/2020





semestralmente, através do Sistema MTR, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR. Para estas atividades, a validade da Licença Ambiental é condicionada à apresentação ao IMA da DMR semestral, que deverá ser elaborada de acordo com o seguinte cronograma: 1. Primeiro semestre do ano – até dia 30 de setembro do mesmo ano; 2. Segundo semestre do ano – até dia 31 de março do ano seguinte.

(x) Declaro ainda que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos:

- Os resíduos ou rejeitos não perigosos não serão transportados juntamente com alimentos, medicamentos ou objetos destinados ao uso para consumo humano ou animal, ou com embalagens destinadas a estes fins;
- Os resíduos ou rejeitos, durante o transporte, estarão protegidos de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar seu espalhamento;
- O condutor do veículo licenciado portará os seguintes documentos e equipamentos: a. Carteira Nacional de Habilitação com a devida categoria para transporte de carga; b. Cópia da Licença Ambiental de Operação para transporte de produtos não perigosos; c. Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo Sistema MTR do IMA, identificando o gerador do resíduo ou rejeito transportado e o destinador que o receberá.
- As transportadoras licenciadas para operação de transporte de resíduos ou rejeitos enviarão ao IMA, semestralmente, através do Sistema MTR, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR. Para estas atividades, a validade da Licença Ambiental é condicionada à apresentação ao IMA da DMR semestral, que deverá ser elaborada de acordo com o seguinte cronograma: 1. Primeiro semestre do ano – até dia 30 de setembro do mesmo ano; 2. Segundo semestre do ano – até dia 31 de março do ano seguinte.

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:548304

CÓDIGO:524/2020





## LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 6606/2019

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº RSI/10543/CRNe parecer técnico nº 4488/2019, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

### Empreendedor

NOME:	ANTONIO HILARIO DE SOUZA EIRELI		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR 280 - KM 37, 0, CORVETA,		
CEP:	89245-000	MUNICÍPIO:	ARAQUARI ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	00.064.368/0001-13		

### Para Atividade de

ATIVIDADE:	71.60.01 - ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS CLASSE I		
ATIVIDADE SECUNDÁRIA:	71.60.02 - Armazenamento temporário de resíduos Classe IIA; 34.31.10 - Sistema de coleta e tratamento de efluentes industriais.		
EMPREENHIMENTO:	ANTONIO HILARIO DE SOUZA E CIA LTDA		

### Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA BR 280, S/N, CORVETA		
CEP:	89245-000	MUNICÍPIO:	ARAQUARI ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 718268.5363967849 - UTM Y 7073343.126387517		

### Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

#### Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

### Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 525091

CÓDIGO: 233699





-

Condições de validade

**(1) Descrição do empreendimento:** Armazenamento temporário de resíduos classe I e II (durante o processo de armazenamento, ocorre o tratamento físico do material, resultando na separação de fases), compreendendo os seguintes tanques: TQ01 - 30.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água); TQ02 - 30.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água); TQ03 - 55.000L / Armazenamento de óleo lubrificante usado e/ou contaminado - OLUC; TQ04 - 55.000L / Armazenamento de óleo lubrificante usado e/ou contaminado - OLUC; TQ05 - 120.000L / Armazenamento de resíduo oleoso de navio tipo BPF; TQ06 - 60.000L / Armazenamento de resíduos oleosos processados; TQ07 - 15.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água); TQ08 - 15.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água); TQ09 - 15.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água); TQ10 - 15.000L / Armazenamento de resíduos (óleos minerais e/ou vegetais diversos contaminados com água);

**(2) Controles ambientais:** (2.1) Sistema individual de tratamento de efluente sanitário composto por fossa séptica - filtro anaeróbio - clorador; (2.2) As áreas dos galpões para armazenamento temporário são constituídas de pisos impermeáveis e sistemas de calhas coletoras com direcionamento ao sistema separador de água e óleo (SSAO), que compreende válvula de estaqueamento. Em caso de extravasamento acidental, as válvulas possibilitam a retenção do líquido para posterior encaminhamento por bombeamento aos silos de armazenamento; (2.3) Reuso de águas pluviais; (2.4) Sistema preventivo de descargas atmosféricas (para-raio); (2.5) Sistema de combate a incêndio; (2.6) Abastecimento de água potável através de captação em poço tubular profundo (certidão de conformidade ambiental 446658/2017). Deverão ser atendidos os padrões de potabilidade de água para consumo humano, no que couber, conforme Portaria MS nº 2.914/2011.

**(3) Programas ambientais:** (3.1) Manutenção dos dispositivos de controle ambiental: (a) Inspeção visual diária das calhas de contenção da área de armazenamento de resíduos e da área de carregamento e descarregamento de óleo queimado; (b) Limpeza, no mínimo trimestral, das calhas de contenção da área de armazenamento de resíduos e da área de carregamento e descarregamento de óleo queimado; (c) Limpeza, no mínimo semestral, das caixas separadoras de água e óleo devem ser realizadas semestralmente; (d) Limpeza, no mínimo anual, do sistema individual de tratamento de efluente sanitário; (3.2) Monitoramento dos sistemas de tratamento de efluentes sanitário, com periodicidade quadrimestral compreendendo, no mínimo, a avaliação dos seguintes parâmetros: temperatura, potencial hidrogeniônico - pH, Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO, Demanda Química de Oxigênio - DQO, Oxigênio dissolvido - OD, sólidos sedimentáveis, nitrogênio amoniacal total, nitrato, fósforo, coliformes termotolerantes, óleos e graxas (óleos minerais; óleos vegetais e gorduras animais), substâncias tensoativas, fenóis totais, cloro residual livre e toxicidade (*Daphnia magna* e *Vibrio fischeri*). As análises deverão ser realizadas em amostras coletadas antes e após o tratamento, à exceção das análises de cloro residual livre e toxicidade). O efluente após tratamento e desinfecção deve conter (após o tempo de contato) uma concentração de cloro livre de pelo menos 0,5 mg/L (NBR 13969/97); (3.3) Monitoramento dos sistema separador água e óleo, com periodicidade quadrimestral compreendendo, no mínimo, a avaliação dos seguintes parâmetros: pH, óleos e graxas (óleos minerais), surfactantes (substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno), fenóis totais e materiais sedimentáveis; (3.4) Plano de Ação Emergencial; (3.5) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



Condições de validade

**(4) Condições específicas:** (4.1) Manter a disposição kit de primeiro socorros e material para contenção de derrames de combustível; (4.2) O Manuseio de quaisquer resíduos no empreendimento (inclusive os realizados por veículo móvel devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente) deverá ser realizado em local provido de cobertura, piso resistente e impermeável (em adequadas condições de funcionamento), além de sistema de calhas coletoras com direcionamento ao sistema separador de água e óleo (SSAO), que compreende válvula de estaqueamento; (4.3) Resíduos perigosos, principalmente resíduos oleosos, devem ser corretamente armazenados, conforme NBR 12235:1992 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos, de forma a evitar a contaminação do solo e do lençol freático, e prevenir possíveis reações/interações entre os diversos tipos de resíduos ali armazenados; (4.4) As análises laboratoriais devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e/ou laboratórios reconhecidos pelo IMA/SC; (4.5) Os Planos ambientais e de emergência devem estar disponíveis em versão impressa no empreendimento, sendo revisados periodicamente acompanhados de treinamento dos operadores; (4.6) A ocorrência de quaisquer inconformidades na operação do empreendimento, compreendendo lançamento de efluentes em desacordo com a legislação, vazamentos, acidentes ou qualquer outro evento que tenha potencial prejudicial ao meio ambiente deverá ser imediatamente comunicado ao IMA, conjuntamente com plano de adequação e/ou reparação de possíveis ou efetivos danos ambientais. Os responsáveis pelo estabelecimento deverão adotar as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente, sendo estes os responsáveis pela reparação dos danos oriundos do acidente ou vazamento desde à época de sua ocorrência; (4.7) Os proprietários deverão promover o treinamento de seus funcionários, visando orientar as medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis imediatas para controle de situações de emergência e risco ambientais; (4.8) Qualquer alteração nos equipamentos ou sistemas de controle ambiental ou ampliação dos parâmetros de enquadramento da atividade deverá ser anteriormente comunicado ao IMA, com vistas à anuência das alterações; (4.9) Para a substituição de tanques ou ampliação do volume de tancagem deverá ser requerida autorização específica junto ao órgão ambiental; (4.10) As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas internas do empreendimento deverão ser encaminhadas para o respectivo sistema de drenagem, o qual deverá ser completamente isolado de outros sistemas; (4.11) Os resíduos sólidos decorrentes da operação do empreendimento deverão ser corretamente armazenados e encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos devidamente licenciados por órgão ambiental competente; (4.12) Quaisquer efluentes e/ou resíduos líquidos decorrentes do desenvolvimento das atividades de implantação e operação do empreendimento somente deverá ser lançado em corpos d'água após tratamento adequado e desde que obedeçam as condições, padrões e exigências das Resoluções CONAMA 357/2005 e 430/2011, além da Lei Estadual 14.675/2009, NBR/ABNT 13969/1997 e Portaria FATMA 17/2002; (4.13) Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades de implantação e operação do empreendimento deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA nº001/90; (4.14) Deverão ser atendidos os parâmetros máximos estabelecidos nos padrões de qualidade do ar, estabelecidos pelas Resoluções CONAMA 491/2018; (4.15) As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem estar público;

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



Condições de validade

(4.16) O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes às sanções penais, civis e administrativas previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08, Lei Estadual 14675/09 e demais legislações aplicáveis; (4.17) Encaminhar ao IMA/SC, **anualmente**, relatório técnico conclusivo referente ao cumprimento dos controles e programas ambientais do empreendimento. Apensar os documentos comprobatórios, tais como: Manifesto de transporte de resíduos, comprovante de destinação final de resíduos, laudos e análises laboratoriais, comprovante de limpeza dos sistemas de tratamento de efluentes, dentre outros. Acrescentar a Anotação de Responsabilidade Técnica referente a elaboração do relatório técnico e o acompanhamento dos controles e programas ambientais do empreendimento; (4.18) **Deverá ser encaminhado ao IMA/SC, no prazo de 90 dias:** (a) **cópia do atestado de vistoria do corpo de bombeiro atualizado;** (b) **memorial descritivo, informando a metragem das áreas construídas no empreendimento e suas funções, além das áreas de circulação e movimentação de máquinas e equipamentos, dentre outros;** (c) **cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução das obras de ampliação das edificações do empreendimento;** (d) **proposta de pavimentação das áreas internas de circulação de veículos, máquinas e equipamentos, compreendendo prazo para as ações, à ser estabelecido dentro do prazo de validade desta licença ambiental.**

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.





## LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 26/10/2020

Nº 21008476

Versão: 01

Data: 13/08/2019

### RENOVAÇÃO

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	<b>LUBRASIL LUBRIFICANTES LTDA</b>			CNPJ	<b>49.396.591/0001-57</b>
Logradouro	<b>RUA OLIVIA GOBBO NARDELLI</b>			Cadastro na CETESB	<b>535-386-5</b>
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município	
<b>141</b>		<b>VALE DO SOL</b>	<b>13406-005</b>	<b>PIRACICABA</b>	

#### CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal				
Descrição <b>Óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados); produção de</b>				
Bacia Hidrográfica <b>14 - PIRACICABA</b>		UGRHI <b>5 - PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ</b>		
Corpo Receptor <b>RIO PIRACICABA</b>		Classe <b>2</b>		
Área ( metro quadrado)				
Terreno <b>37.026,90</b>	Construída <b>3.932,50</b>	Atividade ao Ar Livre <b>7.279,63</b>	Novos Equipamentos	Área do módulo explorado(ha)
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação
Início <b>06:00</b>	às <b>06:00</b>	Administração <b>11</b>	Produção <b>120</b>	Data <b>13/08/2019</b>

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

#### USO DA CETESB

SD Nº	Tipos de Exigências Técnicas
<b>91442276</b>	<b>Ar, Água, Solo, Ruído, Outros</b>

#### EMITENTE

Local: **PIRACICABA**

Esta licença de número 21008476 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE





## LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 26/10/2020

N° 21008476

Versão: 01

Data: 13/08/2019

### RENOVAÇÃO

#### EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
02. Manter e operar adequadamente os equipamentos que queimam combustível, bem como garantir a sua regulagem, visando uma combustão adequada, de modo a evitar a emissão de poluentes para a atmosfera, em atendimento ao artigo 31 do Regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto 8468/76, e suas alterações.
03. Os efluentes líquidos industriais deverão ser recirculados no processo industrial, não podendo ser lançados em rede pública de coleta de esgotos. Em caso de impossibilidade de recirculação ou reutilização, deverão ser adequadamente armazenados para posterior destinação a unidades de tratamento aprovadas pela CETESB, precedido de CADRI - Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental.
04. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.
05. Apresentar anualmente, até o dia 31 de janeiro de cada ano, inventário acerca dos resíduos sólidos e/ou líquidos gerados e a sua destinação, indicando os CADRI's e respectivas validades. Indicar, também, a quantidade (passivo) de resíduos sólidos ainda existente na planta industrial, os locais de seu armazenamento (especificando as capacidades individuais dos locais de armazenamento) e a previsão de destinação final.
06. Os resíduos sólidos classe I - perigosos gerados pelo empreendimento deverão ser adequadamente armazenados e destinados exclusivamente a sistemas de tratamento ou disposição aprovados pela CETESB, precedidos de CADRI - Certificados de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental.
07. Manter em condições adequadas os dispositivos de contenção, e a respectiva impermeabilização dos pisos, das áreas utilizadas para o armazenamento do óleo lubrificando usado e rerrefinado, de forma a evitar a poluição do solo e/ou das águas.
08. As vibrações e ruídos gerados pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem estar público.
09. Manter em adequadas condições de operação os equipamentos de controle de poluição do ar instalados na empresa e os instrumentos de avaliação das condições operacionais.
10. Por ocasião da renovação desta licença, a empresa deverá apresentar um relatório das ações adotadas quanto ao gerenciamento de áreas contaminadas do empreendimento, comprovando a continuidade dos trabalhos de investigação (complementar à investigação confirmatória já realizada) e ações de remediação da área, em conformidade com a Decisão de Diretoria - DD nº 038/2017/C, de 07.02.2017. Se já tiver sido apresentado relatório complementar de investigação, deverão ser apresentados: o resumo das ações já realizadas e a comprovação do protocolo dos documentos citados.
11. Apresentar até a data de 30.10.2019, relatório comprobatório acerca da implantação das medidas previstas no Plano de Melhorias Ambientais (PMA), apresentado por ocasião deste licenciamento.
12. Por ocasião da renovação desta licença apresentar:  
- relatório relativo às amostragens de emissões atmosféricas (amostragens de chaminé), conforme PMEA apresentado pela empresa como parte deste licenciamento, indicando todos os dados operacionais durante a amostragem, comparando com valores estabelecidos na legislação e indicando proposta para implantação de equipamento de controle para redução das emissões, especialmente de SOx, se for o caso.  
Os documentos deverão ser apresentados junto à Pasta digital CETESB.010361/2018-33, mediante solicitação de "comunique-se".
13. Apresentar relatório comprobatório até 30.03.2020, acerca da adequação (impermeabilização e contenção) dos pisos nos locais de projeção das tubulações aéreas de produtos ou de matérias-primas e da rua interna entre os aquecedores e a caldeira Aalborg, contemplando as proximidades da área de descarregamento de torta de filtração, entre outras áreas que a empresa identificar como necessário, como medida de prevenção contra possíveis vazamentos de produtos ou matérias-primas.





## LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 26/10/2020

N° 21008476

Versão: 01

Data: 13/08/2019

### RENOVAÇÃO

14. Por ocasião da renovação desta licença, apresentar:
- planta atualizada de todas instalações do empreendimento e layout dos equipamentos, com legenda identificando as áreas e equipamentos objetos de renovação, distinguindo-os da planta de extração por propano.
- A listagem de equipamentos do Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE) deverá estar em conformidade com a planta / layout no que tange à renovação.
15. Por ocasião da solicitação da renovação desta licença, apresentar o relatório técnico sobre o cumprimento das exigências técnicas.

### OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a produção média anual de 29.280 m³ de óleo lubrificante, 984 m³ de óleo spindle e 3000 t de plastificante asfáltico, utilizando os seguintes equipamentos:

Unidade: Rerefino de óleo lubrificante usado

- Caldeira (Qtde: 2) (15,00 kgf.s/cm²)
- Filtro prensa (Qtde: 3) (3,00 peça)
- Bomba centrífuga (Qtde: 1) (20,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 4) (15,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 4) (10,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 2) (5,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 1) (1,50 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 1) (12,50 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 1) (125,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 1) (4,00 cv)
- Bomba centrífuga (Qtde: 6) (5,00 m³/h)
- Compressor de ar (Qtde: 2) (2,00 peça)
- Trocador de calor não-elétrico (Qtde: 1) (28,50 m³)
- Trocador de calor não-elétrico (Qtde: 1) (19,80 m³)
- Balança (Qtde: 1) (80,00 t)
- Forno a gás (Qtde: 2) (2,00 peça)
- Tanque (Qtde: 1) (305,00 m³)
- Tanque (Qtde: 8) (42,40 m³)
- Tanque (Qtde: 1) (637,00 m³)
- Gerador (Qtde: 2) (30,00 MW)
- Destilador/separador (Qtde: 2) (28,50 m³)
- Destilador/separador (Qtde: 2) (19,80 m³)
- Tanque de decantação (Qtde: 1) (150,00 m³)
- Reservatório de óleo usado (Qtde: 3) (305,00 m³)
- Reservatório de óleo usado (Qtde: 3) (33,00 m³)
- Tanque de ácido sulfúrico (Qtde: 2) (15,60 m³)
- Tanque pulmão de óleo combustível (Qtde: 1) (10,00 m³)
- Depósito de GLP (Qtde: 2) (1,00 peça)
- Caixa receptora de óleo acabado (Qtde: 1) (14,50 m³)
- Tanque de estocagem de óleo de processo (Qtde: 2) (147,00 m³)
- Tanque de soda cáustica (Qtde: 1) (31,80 m³)
- Tanque de água - incêndio (Qtde: 1) (412,00 m³)
- Sistema de clarificação (Qtde: 1) (3,00 peça)
- Aquecedor de óleo térmico (Qtde: 6) (7,00 kgf/cm²)
- Tanque de óleos refinados (Qtde: 3) (708,00 m³)
- Tanque de óleos usados (Qtde: 4) (708,00 m³)
- E.T.A. (Qtde: 1) (2,00 m³/h)
- Bomba 2 (Qtde: 1) (3,00 cv)
- Bomba 3 (Qtde: 1) (5,00 cv)
- Desidratador (Qtde: 1) (31,90 m³)
- Termoaquecedor (Qtde: 1) (10,50 m³)
- Tanque de condensados (Qtde: 1) (5,70 m³)
- Condensador (Qtde: 2) (0,57 m³)
- tanque de condensado termocr (Qtde: 1) (1,18 m³)





## LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 26/10/2020

N° 21008476

Versão: 01

Data: 13/08/2019

### RENOVAÇÃO

- Tanque água resfriador (Qtde: 1) (3,95 m3)
- Caixa receptora de óleo (Qtde: 1) (14,00 m3)
- Lavador de gases (Qtde: 1) (3,42 m3)
- Tanque de selo de vácuo (Qtde: 1) (6,28 m3)
- Tanque de água 1 (Qtde: 1) (4,00 m3)
- Gerador a Diesel (Qtde: 2) (450,00 kVA)
- Caixa coleta de residuo (Qtde: 1) (14,50 m3)
- Tanque de alimentação de argila (Qtde: 1) (1,30 m3)
- Tanque horizontal condensador (Qtde: 1) (8,00 m3)
- Torre de refrigeração (Qtde: 2) (2,00 peça)
- Reservatorio água semae (Qtde: 1) (10,00 m3)
- condensador de gás (Qtde: 8) (0,20 m3)
- Tanques pulmão (Qtde: 1) (27,00 m3)
- Tanque batedor de levedura (Qtde: 1) (13,50 m3)
- Tanque dosador de argila (Qtde: 1) (0,70 m3)
- Tanque pulmão de levedura (Qtde: 2) (15,00 m3)
- Tanque processo (Qtde: 2) (6,00 m3)
- caixa leves (Qtde: 1) (5,00 m3)
- tanque decantador 29 (Qtde: 10) (18,80 m3)
- Tanques batedores 28 (Qtde: 2) (18,80 m3)
- Lavador de gase de sulfato 78 (Qtde: 1) (2,00 m3)
- Trocador de calor p/ rr (Qtde: 1) (218,00 m3)
- chiller (geladeira) (Qtde: 2) (180,00 Un)
- Bomba de vacuo (Qtde: 9) (12,50 cv)
- Trocador de calor leves (Qtde: 1) (0,50 m3)
- Trocador de calor pre aquecimento (Qtde: 2) (1,50 m3)
- Trocador de calor aquecimento e condensador (Qtde: 2) (1,50 m3)
- Trocador de calor sistema de pre aquecimento de óleo (Qtde: 6) (2,00 m3)
- Trocador de calor sistema de pre aquecimento de óleo (Qtde: 3) (1,00 m3)
- Trocador de calor sistema de pre aquecimento de óleo (Qtde: 2) (3,00 m3)
- Misturador de oleo e soda (Qtde: 2) (5,00 m3)
- Extrator (Qtde: 1) (26,00 m3)
- Stripper de asfalto (Qtde: 1) (28,00 m3)
- Separador de condensado (Qtde: 1) (3,00 m3)
- Stripper de óleo (Qtde: 1) (28,00 m3)
- Separadores (Qtde: 2) (26,00 m3)
- Bombas de processo (Qtde: 2) (18,00 m3)
- Torres de resfriamento de água (Qtde: 2) (200,00 m3/h)
- Bomba1 (Qtde: 10) (10,00 m3/h)
- Caldeira de oleo (Qtde: 2) (854,42 kgf.m)
- Caldeira a vapor (Qtde: 1) (640,89 kgf.m)
- Forno tubular (Qtde: 1) (1.281.789,00 kgf.m)
- Destilador1 (Qtde: 1) (26,00 m3)
- Substação (Qtde: 1) (1,00 Un)
- Tanque de condensado do destilador (Qtde: 1) (10,00 m3)
- Separador do Sistema de válvula de alívio (Qtde: 1) (38,00 m3)

02. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
03. Esta licença refere-se à renovação da Licença de Operação nº 21007267, do Processo nº 21/00426/16 e não contempla as instalações da planta de extração por propano.



Serviço Público Federal			
CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO			
<b>ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART</b>			1-ART Nº: <b>2020/15431</b>
<b>CONTRATADO</b>			
2.Nome: PAMELA MONTIBELLER		3.Registro no CRBio: 058266/03-D	
4.CPF: 040.480.479-90	5.E-mail: pambiotec@hotmail.com		6.Tel: (47)3252-1011
7.End.: LEOPOLDO IMOHO JUNIOR, 215		8.Compl.:	
9.Bairro: SÃO LUIZ	10.Cidade: BRUSQUE	11.UF: SC	12.CEP: 88351-710
<b>CONTRATANTE</b>			
13.Nome: AUTO POSTO BAILER II LTDA.			
14.Registro Profissional:		15.CPF / CGC / CNPJ: 26.641.717/0001-06	
16.End.: RODOVIA IVO SILVEIRA 9.755			
17.Compl.:		18.Bairro: BARRACAO	19.Cidade: GASPAR
20.UF: SC	21.CEP: 89113-370	22.E-mail/Site:	
<b>DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL</b>			
23.Natureza : 1. Prestação de serviço Atividade(s) Realizada(s) : Execução de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços;			
24.Identificação : BIÓLOGA, PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGRS			
25.Município de Realização do Trabalho: GASPAR			26.UF: SC
27.Forma de participação: INDIVIDUAL		28.Perfil da equipe:	
29.Área do Conhecimento: Ecologia;		30.Campo de Atuação: Saúde	
31.Descrição sumária : ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A ATIVIDADE DE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS.			
32.Valor: R\$ 1.715,00	33.Total de horas: 40	34.Início: SET/2020	35.Término: SET/2021
<b>36. ASSINATURAS</b>			<b>37. LOGO DO CRBio</b>  
Declaro serem verdadeiras as informações acima			
Data:  Assinatura do Profissional  	Data:  Assinatura e Carimbo do Contratante  AUTO POSTO BAILER II LTDA 		
<b>38. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR CONCLUSÃO</b> Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.		<b>39. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR DISTRATO</b>	
Data: / /	Assinatura do Profissional 	Data: / / Assinatura do Profissional	
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante AUTO POSTO BAILER II LTDA 	Data: / / Assinatura e Carimbo do Contratante	

**CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS**  
**NÚMERO DE CONTROLE: 1527.1840.1840.1840**

OBS: A autenticidade deste documento deverá ser verificada no endereço eletrônico [www.crbio03.gov.br](http://www.crbio03.gov.br)